



AGENDA LEGISLATIVA - CÂMARA DOS DEPUTADOS

(22 A 26 DE MAIO)

PLENÁRIO

Não constam matérias de interesse do setor (Atualização - 22/05/2023 -14h23)

AUDIÊNCIAS, SEMINÁRIO e EVENTOS

SEGUNDA-FEIRA - 22 DE MAIO 2023

GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 45/19)

Reforma tributária - simplificação e eficiência

Local: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS

Data/horário: Segunda-feira (22/05) - 09h

Tema: Reforma Tributária - Simplificação e Eficiência.

Programação:

- 09:00 - Café de boas-vindas
- 10:00 - Palestra Inaugural
- 10:45 - A ótica do Legislativo - o que falta para aprovar a Reforma Tributária?
- (Participação do Coordenador do GT, Deputado Reginaldo Lopes, do Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, entre outros Parlamentares)
- 12:00 - Intervalo
- 13:30 - Federalismo Fiscal e a Reforma Tributária - a visão da União, Estados e Municípios sobre a repartição das receitas no modelo IVA
- 14:45 - Coffe break
- 15:00 - Transição da tributação para um imposto sobre o consumo - Posicionamento setorial - Indústria/Comércio/Agricultura
- 16:15 - Encerramento

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA (CFT/SUBRETI)



Os rumos da reforma tributária

Local: Sede da FIRJAN - RJ

Data/horário: Segunda-feira (22/05) - 13h

Tema: Os rumos da reforma tributária.

Convidados:

- CHIQUINHO BRAZÃO (UNIÃO-RJ), Presidente da Subcomissão da Reforma Tributária
- AGUINALDO RIBEIRO (PP-PB), Relator do GT da PEC 45/2019

TERÇA-FEIRA - 23 DE MAIO 2023

DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTAL

Seminário

Local: Auditório Freitas Nobre

Data/horário: Terça-feira (23/05) - 09h

Tema: Seminário “Mentira que Desmata: os impactos da desinformação sobre a Amazônia e as políticas climáticas e ambientais” pretende discutir a relação da desinformação com a ciência, saúde, políticas ambientais e climáticas. Também será discutido o impacto da desinformação nas políticas públicas voltadas aos povos originários, ao garimpo, à poluição e à floresta em pé. O seminário também buscará refletir sobre como informações e debates confiáveis e baseados em evidências podem promover mais prosperidade social e econômica do que a desinformação sobre as políticas de mudança climática.

Programação:

- 09:00 - Seminário Desinformação Climática e Ambiental
- 9h - Abertura com a presença de parlamentares, a Ministra do Meio Ambiente, lideranças indígenas e ambientalistas.
- 10h - Mesa 1 (1h30) - A desinformação e sua intersecção com as políticas públicas para mudança climática e proteção ambiental na Amazônia.
- 14h - Mesa 2 (1h30) - Os impactos da mentira: como a desinformação influencia negativamente políticas voltadas para povos indígenas, floresta em pé, energia, e outros



temas.

- 16h - Mesa 3 (1h30) - Informações e debates confiáveis sobre as mudanças climáticas promovem prosperidade social e econômica.

QUARTA-FEIRA - 24 DE MAIO 2023

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Comparecimento de Ministro

Tema: A agenda e prioridades do Ministério das Relações Exteriores para o ano de 2023 e outros temas atuais da política externa brasileira

Local: Anexo II, Plenário 03

Data/horário: Quarta-feira (24/05) - 09h

Convidado: Embaixador MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores

Em atendimento ao Requerimento nº 02/2023 de autoria do Deputado PAULO ALEXANDRE BARBOSA (PSDB/SP), ao Requerimento nº 07/2023 de autoria do Deputado MARCEL VAN HATTEM (NOVO/RS), ao Requerimento nº 22/2023 de autoria do Deputado RICARDO SALLES (PL/SP) e ao Requerimento nº 24/2023 de autoria do Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL/SP)

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA (CFT/SUBRETI)

Audiência Pública

Local: Anexo II, Plenário 04

Data/horário: Quarta-feira (24/05) - 09h00

A - Audiência Pública

Tema: Debate da reforma tributária (PEC 45/2019)

- AGUINALDO RIBEIRO (PP/PB) - Relator do GT do Sistema Tributário Nacional;



- REGINALDO LOPES (PT-MG) - Coordenador GT do Sistema Tributário Nacional;
- Representante da Confederação Nacional dos Municípios - CNM;
- JEFERSON PASSOS - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais;
- Representante da Confederação Nacional de Serviços - CNS;
- RODRIGO MAIA - Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;
- ALBERTO MACEDO - Ass. Naci. dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios/DF;
- FÁBIO BENTES - Conf. Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo - CNC;
- ISAC MORENO FALCÃO SANTOS - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da RFB.

(REQ 24/2023 CFT, do Deputado Chiquinho Brazão)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Plano de trabalho e programas do Ministério do Meio Ambiente para o quadriênio 2023-2026

Local: Anexo II, Plenário 02

Data/horário: Quarta-feira (24/05) - 10h

Convidado:

- Marina Silva - Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima

GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 45/19)

SIMPÓSIO - Participação no fórum nacional de governadores

Local: Centro de Eventos e Convenções Brasil 21 - Salas 1, 2 e 3

Data/horário: Quarta-feira (24/05) - 10h

Tema: XIV Reunião do Fórum Nacional de Governadores - Reforma Tributária

Foram convidados para o evento o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, além de todos os Governadores dos Estados.

Endereço: Centro de Eventos e Convenções Brasil 21 (salas 1, 2 e 3), situado no SHS Quadra 6, Asa



Sul - Brasília-DF

QUINTA-FEIRA - 25 DE MAIO 2023

GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 45/19)

SEMINÁRIO

Local: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Data/horário: quinta-feira (25/05) - 08h00

Tema: Participação no seminário alusivo ao dia da indústria

Programação:

8:00 - Credenciamento e Café de boas-vindas

09:00 - Abertura

- JOSUÉ GOMES DA SILVA - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
- ALOÍZIO MERCADANTE - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- FERNANDO HADDAD, Ministro da Fazenda
- GERALDO ALCKMIN - Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
- LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Presidente da República (A CONFIRMAR)

10:00 - NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Moderador: DAN IOSCHPE - 2º Vice-Presidente da FIESP e Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI

- MARIO CIMOLI - Sant'Anna School of Advanced Studies
- MARIANA MAZZUCATO - University College London

11:00 - REFORMA TRIBUTÁRIA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Moderador: VANESSA CANADO - Coordenadora do Núcleo de Tributação do Instituto de



Ensino e Pesquisa - INSPER

- BERNARD APPY - Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda
- DEPUTADO FEDERAL REGINALDO LOPES - Coordenador do GT sobre o Sistema Tributário Nacional
- DEPUTADO FEDERAL AGUINALDO RIBEIRO - Relator do GT sobre o Sistema Tributário Nacional

12:00 - ALMOÇO PARA TODOS OS CONVIDADOS

14:00 - DESINDUSTRIALIZAÇÃO E OS NOVOS DESAFIOS DA GEOPOLÍTICA E DO RESHORING

Moderador: IGOR ROCHA - Economista-Chefe da FIESP

- ROBERT WADE - London School of Economic and Political Science
- JOSÉ GABRIEL PALMA - Universidade de Cambridge
- ANDRÉ CLARK - Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI e Vice-Presidente do Conselho Superior de Inovação e Competitividade - CONIC da FIESP
- LUCIANA COSTA - Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES

15:00 - FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

Moderador: RAFAEL CERVONE - Presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP

- JOSÉ LUIS GORDON - Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES
- CELSO PANSEIRA - Diretor Presidente do FINEP (A CONFIRMAR)
- RICARDO BRITO - Presidente da Desenvolve SP
- GABRIEL GALÍPOLO - Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda

16:00 - FORTALECIMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMES)

Moderador: SYLVIO GOMIDE - Presidente do COMPI FIESP

- ALEXANDRE ABREU - Diretor Financeiro e de Crédito Digital para MPMES's do BNDES
- JOSÉ ROBERTO AFONSO - Professor do Curso de Doutorado do IDP e Conselheiro do CEBRI
- EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS FILHO - Senador (A CONFIRMAR)
- MILTON COELHO DA SILVA - Secretário da Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo do MDIC
- AROALDO OLIVEIRA DA SILVA - Presidente da Industrial



17:00 - ENCERRAMENTO

Pronunciamento: TARCISIO DE FREITAS - Governador de São Paulo

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Impacto das rodovias de Roraima no agronegócio e agricultura familiar

Local: Anexo II, Plenário 06

Data/horário: Quarta-feira (25/05) - 10h

Convidado:

- PEDRO BARROS, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA;
- 2) Representante da Divisão de Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela (DCGSV), do Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- 3) Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;
- 4) Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (não participará);
- 5) Representante da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Roraima - SEINF-RR.

(REQ 2/2023 CAPADR, do deputado Albuquerque; REQ 17/2023 CAPADR, do deputado Gabriel Mota)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Embargos às propriedades rurais na região do Amazonas

Local: Anexo II, Plenário 02

Data/horário: Quarta-feira (25/05) - 10h

Convidado:

- DEPUTADO FEDERAL PEDRO LUPION - Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária -



AGENDA DA CÂMARA - 22 A 26 DE MAIO

FPA

- CLÁUDIO DUTRA FONTELLA - Procurador Regional da República, Membro da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - MPF
- RODRIGO AGOSTINHO - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA
- MARCELO MARCELINO - Presidente substituto do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio
- NELSON ANANIAS FILHO - Membro da Comissão de Meio Ambiente - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
- MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR - Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Região Norte e da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas - FAEA
- EDMUNDO MACHADO DO NETO - Diretor de Meio Ambiente e representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON
- NATÂ FELICIANO DA SILVA - Presidente da Associação dos Produtores Rurais e Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Nova Mamoré - RO
- ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS - Procurador-geral da República - Ministério Público Federal - PGR

REQ. nº 36/23 - do Deputado Coronel Chrisóstomo PL/RO, subscrito pelos Deputados Nilto Tatto (PT/SP), Lebrão (UNIÃO/RO) e David Soares (UNIÃO/SP)

SEXTA FEIRA - 26 DE MAIO 2023

GRUPO DE TRABALHO SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (PEC 45/19)

Reunião do Consórcio Amazonia Legal

Local: Palácio do Governo - Belém (PA)

Data/horário: Sexta-feira (26/05) - 09h00

Tema: Reunião dos Governadores do Consórcio Amazônia Legal (Consórcio Norte) - Reforma Tributária

Programação: a confirmar

COMISSÕES

TERÇA FEIRA - 23 DE MAIO 2023



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Local: Anexo II, Plenário 01

Data/ horário: Terça-feira (23/05) - 14h30

9 - PL 7594/2017 - do João Daniel - PT/SE

Ementa: Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar hediondo o crime de homicídio, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra Agricultoras e Agricultores Familiares, Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, Indígenas, Quilombolas e outras pessoas pertencentes Comunidades Tradicionais.

Despacho: CCJC (Plenário /Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: Sim

Relator: Dep. Marreca Filho (PATRIOTA-MA)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Orientação FPA: CONTRÁRIO COM RESSALVAS

Argumentação: Apesar da proposta ser meritória, os conflitos no campo atingem não somente os indivíduos dos grupos mencionados na proposta, e no texto apresentado pelo relator.

Agricultores, e não só os pequenos, tem vivido um cenário de terror diante dos movimentos de invasões ocorridas no campo. Os grupos criminosos se utilizam de práticas terrorista sob uma bandeira de reforma agrária, criando um ambiente de insegurança para quem realmente trabalha e produz na terra. Não podemos concordar com alterações legais que promovem uma clara inversão lógica nos valores. Somo favoráveis à proteção de populações vulneráveis, no entanto, dar guarida legal à indivíduos que promovem os referidos conflitos seria uma completa inversão dos princípios morais.

Ademais, a proposta, além de violar o cânone do devido processo legislativo, põe em xeque o princípio da isonomia, na justa medida em que alça determinadas pessoas à posição sobranceira, em desprestígio das demais, o que a torna inconstitucional.



40 - PL 6856/2013 - do Senado Federal - Ana Rita

Ementa: altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.

Despacho: CAPADR à CSSF à CFT à CCJC (Comissões /Tramitação: Prioridade)

Cabe vista: Sim

Relator: Helder Salomão (PT-ES)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa.

Orientação FPA: ACOMPANHAR

Argumentação: inclui grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.

44 - PL 1970/2019 - do Sr. Rogério Correia (PT-MG)

Ementa: Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.

Despacho: CAPADR à CFT à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: Não

Relator: Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e da Emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

OBS: CUMPRINDO PRAZO DE ADIAMENTO DE VOTAÇÃO

Orientação FPA: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: A ressalva feita no III, do art 2º, permite que para áreas antropizadas até 2008 ou



em regime de pousio, em casos que a manutenção da espécie dificulte a implementação de projeto agrossilvipastoril, a regra não se aplica.

“Art. 2º.....

III - em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.”

No entanto, em situações em que a legislação permite a abertura de novas áreas (um direito do produtor), os projetos podem ser inviabilizados pela impossibilidade de supressão desse tipo de vegetação.

57 - PL 3604/2019 - do Sr. Zé Vitor

Ementa: altera o art. 99 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre transporte de animais vivos”.

Despacho: CVT à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: SIM

Relator: Diego Garcia (REPUBLIC/PR)

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Viação e Transporte.

Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: o Parecer da CVT (Dep. Vicentinho Júnior) eleva o limite máximo a ser permitido para 4,95 metros, máximo já previsto nas normas infralegais, certos de que, por já ser praticado em alguns casos, não representará risco aos demais.

A medida contribuirá para a diminuição dos maus tratos aos quais os animais transportados vêm sendo submetidos e também para a diminuição dos fretes desse tipo de carga, ajudando a diminuir, assim, o chamado custo Brasil.

60 - PL 810/2020 - do Sr. José Guimarães - PT/CE

Ementa: altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para que se estimule e facilite a titulação



de terras a mulheres trabalhadoras rurais no âmbito da reforma agrária

Despacho: CDDM à CAPADR à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: SIM

Relator: Deputado EDUARDO BISMARCK

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com subemendas, e da Subemenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: a proposta facilita e estimular a titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais, mas também de incluir alguns grupos como prioritários no processo de seleção de beneficiários no âmbito da reforma agrária.

QUARTA FEIRA - 24 DE MAIO 2023

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Reunião Deliberativa Extraordinária

Local: Anexo II, Plenário 06

Data/ horário: Quarta-feira (24/05) - 10h00

1 - REQ 55/2023 - Zé Trovão (PL-SC)

Ementa: Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a agricultura indígena, questões ambientais e a autonomia do indígena para produzir em sua terra.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

2 - REQ 65/2023 - Coronel Fernanda (PL-MT)

Ementa: Requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a fiscalização de obras para infraestrutura de escoamento da safra.



Orientação FPA: FAVORÁVEL

3 - REQ 72/2023 - Pedro Uczai (PT-SC)

Ementa: Requer aditamento ao REQ N° 38/2023, do Deputado Pedro Uczai (PT/RS), para que seja alterado o rol de convidados, conforme relacionado.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

4 - REQ 73/2023 - Pedro Uczai (PT-SC)

Ementa: Requer aditamento ao REQ N° 37/2023, do Deputado Pedro Uczai (PT/RS), para que seja alterado o rol de convidados, conforme relacionado.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

5 - REQ 74/2023 - João Daniel (PT-SE)

Ementa: Requer a inclusão de representante no Requerimento 31/2023.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

6 - REQ 77/2023 - Evair Vieira de Melo (PP-ES)

Ementa: Requer realização de audiência pública para debater as experiências brasileiras com polos e arranjos produtivos no setor de fruticultura.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

7 - REQ 78/2023 - Zé Vitor (PL-MG)

Ementa: Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das rodovias do estado de Minas Gerais, bem como os impactos nos transportes agropecuários.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

8 - REQ 79/2023 - Padovani (UNIÃO-PR)

Ementa: Requer Seminário para discussão do tema: “Papel do armazenamento no fortalecimento do agronegócio brasileiro”.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

9 - REQ 81/2023 - Marcel van Hattem (NOVO-RS)



Ementa: Requer seja encaminhado Requerimento de Informações à Mesa da Câmara dos Deputados, destinado ao Ministro da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Fávaro, sobre a atuação das instâncias de governança corporativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Orientação FPA: FAVORÁVEL

10 - REQ 82/2023 - Coronel Fernanda (PL-MT)

Ementa: Requer realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e desenvolvimento Rural; Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para tratar acerca do AgroIndígena e sua importância para o desenvolvimento do Brasil através da agricultura familiar indígena.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

11 - REQ 83/2023 - Albuquerque (REPUBLIC-RR)

Ementa: Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Senhor Camilo Sobreira de Santana, sobre o Plano Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e os recursos efetivamente pagos nos últimos 5 anos por município e por estados da federação em agricultura familiar de acordo Lei nº 11.947, de 16/6/2009.

Orientação FPA: FAVORÁVEL

12 - PDL 57/2020 - Célio Studart (PV-CE)

Ementa: Susta a aplicação do Convênio nº 100/1997 - CONFAZ, que dispõe sobre o desconto de 60% do ICMS para agrotóxicos.

Despacho: CAPADR à CFT à CCJC (Plenário/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: Não

Relator: Dep. José Medeiros (PL-MT))

Parecer: pela rejeição deste.

Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: O Convênio Confaz nº 100, de 1997, reduz a base de cálculo do ICMS, entre 30% e 60%, nas saídas interestaduais de diversos produtos, como pesticidas, rações para animais, calcário para correção de solo, sementes, mudas de plantas, embriões, sêmen congelado ou resfriado, entre outros.



O art. 155 da Carta Maior estabelece que é de competência dos Estados e Distrito Federal a instituição de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços. Dessa forma, não compete à União alterar a sistemática do ICMS sob risco de ferir o princípio do pacto federativo. Ao sustar o Convênio Confaz nº 100, de 1997, o Congresso Nacional estaria interferindo na autonomia dos Estados e do Distrito Federal em relação à gestão do ICMS. Além disso, a medida poderia abrir um precedente perigoso ao permitir que o Parlamento interfira em outras questões fiscais e tributárias dos Estados, o que poderia gerar conflitos e desequilíbrios no pacto federativo.

13 - PDL 819/2021 - Afonso Florence (PT-BA) e outros

Ementa: Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 10.833 de 07 de outubro de 2021, da Presidência da República, altera a regulamentação da lei dos Agrotóxicos.

Despacho: CAPADR à CCJC (Plenário/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: Não

Relator: Dep. José Medeiros (PL-MT)

Parecer: pela rejeição deste, do PDL 821/2021, e do PDL 824/2021, apensados.

Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: O Decreto nº 10.833, de 2021, atualizou o processo de análise de registros de agrotóxicos em função de avanços científicos e tecnológicos ocorridos no setor. A providência teve por finalidade incentivar pesquisas e inovações de produtos, e atender novas realidades e demandas da agropecuária do País. Assim, considerando que o Decreto nº 10.833, de 2021, é uma regulamentação da alçada do Poder Executivo federal, estabelecida nos limites da Lei de Agrotóxicos, que beneficia a sociedade pela maior eficiência, eficácia e segurança na avaliação desses produtos.

14 - PL 2014/2020 - Zé Silva (SOLIDARI-MG)

Ementa: Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Garantia-Safra, e a Lei nº 12.766, de 2012, para dispor sobre o processo de avaliação das perdas, para determinar as informações constantes nos laudos amostrais dos técnicos vistoriadores critério único para confirmação da perda.

Despacho: CAPADR à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: Sim

Relator: Giovani Cherini (PL-RS)



Parecer: pela aprovação, com emenda.

Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: Ao vincular a concessão do Benefício Garantia-Safra a laudo do técnico vistoriador, possível somente com a visita de profissional habilitado em cada propriedade, a proposição em análise confere maior segurança aos que aderem a essa importante política pública.

15 - PL 3231/2021 - Enio Verri (PT-PR)

Ementa: Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos agrícolas e tratores, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Despacho: CAPADR à CDDPD à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: SIM

Relator: Gabriel Mota (REPUBLIC-RR)

Parecer: pela aprovação, com emendas.

Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: A legislação em vigor é injusta, pois beneficia as pessoas com deficiência que residem nos centros urbanos, porém não confere qualquer benefício fiscal àqueles que residem em áreas rurais e necessitam de tratores e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. A proposta incentivará a atividade desenvolvida por produtores rurais com deficiência, que vivenciam desafios e barreiras adicionais aos enfrentados pelos demais trabalhadores do campo.

16 - PL 3879/2021 - Paulo Bengtson (PTB-PA)

Ementa: Institui a Política de Incentivo à Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras nas Áreas Rurais e dá outras providências.

Despacho: CAPADR à CDU à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: SIM

Relator: Coronel Meira (PL-PE)

Parecer: pela aprovação.



Orientação FPA: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

Argumentação: Ao instituir a Política de Incentivo à Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras nas Áreas Rurais, o Projeto de Lei nº 3.879, de 2021, busca promover nas propriedades rurais o tratamento ambientalmente adequado de dejetos humanos.

17 - PL 2387/2022 - Ney Leprevost (UNIÃO-PR)

Ementa: Dispõe sobre a proibição do abate de animais equídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação.

Despacho: CAPADR à CMADS à CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

Cabe vista: SIM

Relator: Dep. Domingos Sávio (PL-MG)

Parecer: pela aprovação.

Orientação FPA: ACOMPANHAR

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

Reunião Deliberativa Extraordinária

Local: Anexo II, Plenário 09

Data/ horário: Quarta-feira (24/05) - 14h00

- Pauta a ser oportunamente divulgada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Local: Anexo II, Plenário 01

Data/ horário: quarta-feira (24/05) - 10h00



A pauta será divulgada, oportunamente, com as proposições remanescentes da pauta anterior.

QUINTA FEIRA - 25 DE MAIO 2023

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Reunião Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Local: Anexo II, Plenário 01

Data/ horário: quinta-feira (25/05) - 10h00

- A pauta será publicada, oportunamente, com as proposições remanescentes da pauta da reunião anterior.